

|  |                      |                 |
|--|----------------------|-----------------|
| <b>Exame de Contabilidade Geral</b><br><small>(A que se refere alínea f) do nº 1 do artº15º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)</small> | <b>11/Março/2006</b> | <b>VERSÃO A</b> |
|--|----------------------|-----------------|

## Grupo I

1. Em 1/1/N o saldo da conta “Acréscimos e diferimentos – remunerações a liquidar” era de 240.000 u.m. Considerando que a empresa tem pago pontualmente as obrigações para com o pessoal, que o vencimento base dos seus funcionários é de 100.000 u.m. e ainda que a contribuição patronal para a segurança social, conjuntamente com o seguro de acidentes de trabalho, é de 25%, o saldo daquela conta, em 31/12/N, deveria ser de:
  - a) Zero
  - b) 125.000 u.m.
  - c) 200.000 u.m.
  - d) 250.000 u.m.
  
2. Considere a seguinte informação relativa ao exercício 20xx:
  - Pagamentos a fornecedores de mercadorias – 580 u.m.
  - Redução das contas a pagar a esses fornecedores – 50 u.m.
  - Aumento das existências de mercadorias – 20 u.m.
 O custo das vendas do exercício de 20xx foi de:
  - a) 650 u.m.
  - b) 610 u.m.
  - c) 550 u.m.
  - d) 510 u.m.
  
3. Em 15 de Junho a sociedade XYZ, S.A. comprou e recebeu um lote de mercadorias com pagamento a 60 dias após aquela data. Em 30 de Junho, a transacção não tinha ainda sido registada e essas mercadorias não constavam dos inventários por terem sido cedidas a preço de custo. O efeito deste erro no Balanço de 30 de Junho consistia em:
  - a) O activo e capital próprio estarem sobreavaliados, mas o passivo não seria afectado;
  - b) O passivo e o capital próprio estarem subavaliados, mas o activo não seria afectado;
  - c) O activo e o passivo estarem subavaliados, mas o capital próprio não seria afectado;
  - d) O activo e o capital próprio estarem subavaliados, mas o passivo não seria afectado.
  
4. O "Goodwill" corresponde ao excesso do custo de uma empresa sobre a:
  - a) Soma do justo valor atribuído aos activos adquiridos e identificáveis menos os passivos assumidos;
  - b) Soma do valor contabilístico atribuído aos activos adquiridos e identificáveis menos os passivos assumidos;
  - c) Soma do justo valor atribuído aos activos adquiridos e identificáveis;
  - d) Valor contabilístico da empresa adquirida.

**Considere esta informação na resposta às questões 5, 6 e 7 do Grupo I**

A empresa "A" que explora um estabelecimento de "artes gráficas", pretende estar permanentemente bem apetrechada tecnologicamente, com vista a obter elevados níveis de produtividade. Frequentemente, algumas dessas máquinas, devido à evolução técnica do sector, ficam obsoletas.

Existindo alguma procura para essas máquinas obsoletas por parte de empresas de menor dimensão, a empresa "A" tem conseguido vendê-las por preço, normalmente, superior ao respectivo valor líquido contabilístico.

5. A operação de abandono da utilização do equipamento, em virtude de o mesmo ser declarado obsoleto implica:
  - a) A transferência do equipamento para "Mercadorias" pelo respectivo valor líquido contabilístico, uma vez que ele tem um mercado próprio;
  - b) A manutenção do equipamento na conta "Imobilizações Corpóreas" e a continuação da aplicação da política de amortizações que vinha a ser seguida;
  - c) A manutenção do equipamento na conta "Imobilizações Corpóreas" e a cessação da aplicação da política de amortizações que vinha a ser seguida;
  - d) A transferência do equipamento para "Mercadorias", pelo expectável valor de mercado do equipamento.
  
6. A operação de venda do equipamento, por um preço superior ao respectivo valor líquido contabilístico obriga a um reconhecimento de:
  - a) Respectivo valor de realização na conta de "Vendas";
  - b) Uma mais-valia igual à diferença entre o valor de realização e o valor líquido contabilístico;
  - c) Uma menos-valia igual à diferença entre o valor líquido contabilístico e o valor de realização;
  - d) Um resultado de vendas igual à diferença entre o valor de realização e o valor de mercado à data do abandono da utilização do bem.
  
7. Se a empresa "A" abandonar integralmente o equipamento da secção de impressão por composição manual, em consequência de fechar essa secção, e alienar os bens por um preço inferior ao respectivo valor líquido contabilístico, ao preparar a sua demonstração dos resultados por funções, apresentaria esse resultado como:
  - a) Resultado bruto;
  - b) Resultado extraordinário;
  - c) Resultados de operações em descontinuação;
  - d) Resultados não usuais ou não frequentes.

8. A sociedade "C" exerce a actividade de construção de prédios para venda. A empresa não tem tido dificuldades em vender as fracções destinadas a escritórios ou a habitação, mas só decorrido bastante tempo tem conseguido vender as lojas. Assim, com vista a rendibilizar o investimento, e sem perder de vista o objectivo da venda, a empresa tem decidido arrendar as mesmas. Do ponto de vista contabilístico, as referidas fracções devem ser:
- Reclassificadas de Existências para Investimentos Financeiros, pelo custo de produção;
  - Reclassificadas de Existências para Investimentos Financeiros pelo preço de mercado à data;
  - Reclassificadas de Existências para Imobilizações Corpóreas pelo custo de produção;
  - Mantidas classificadas como Existências.
9. A sociedade "X" comprou, em Setembro do ano N, um terreno por 2.000 u.m., que, uma vez que à época não pretendia construir, contabilizou no imobilizado. Em Novembro do ano N+3, a abertura de novo acesso ao terreno valorizou-o em mais 400%.  
Face às novas circunstâncias, em finais de Novembro do ano N+3, a sociedade "X" decidiu construir, para posterior venda, uma vivenda no referido terreno. Os lançamentos a efectuar em Novembro do ano N+3 deveriam ser:
- Imobilizações corpóreas / a Reserva de reavaliação – 8.000, Produtos e trabalhos em curso / a Regularização de existências – 10.000, e Regularização de Existências / a Imobilizações corpóreas – 10.000
  - Imobilizações corpóreas / a Reserva de reavaliação – 8.000, e
    - Compras de matérias-primas / a Imobilizações corpóreas – 10.000
  - Produtos e trabalhos em curso / a Imobilizações corpóreas – 2.000
  - Matérias-primas – terrenos / a Regularização de existências – 2.000, e
    - Regularização de Existências / a Imobilizações corpóreas – 2.000
10. A sociedade "K" exerce a actividade de compra e venda de vestuário. No exercício de (X+4), por força das suas dificuldades financeiras, viu-se forçada a deixar a loja onde estava a exercer a sua actividade, tendo efectuado uma grande liquidação de existências. Dado o reduzido período de tempo que teve para efectuar a referida liquidação, as vendas foram, de um modo geral, efectuadas muito abaixo do preço de custo, tendo decorrido que no final do exercício, o custo das existências vendidas é superior ao valor das vendas.  
Esta situação deve levar a empresa a:
- Contabilizar o custo das vendas que apurou na conta de "Custo das mercadorias vendidas" e os proveitos inerentes às vendas na conta "Vendas";
  - Contabilizar o valor das vendas na conta de "Custo das mercadorias vendidas" e os proveitos inerentes às vendas na conta "Vendas", reconhecendo a diferença numa conta de "Amortizações e ajustamentos do exercício – Ajustamentos de existências";
  - Contabilizar o valor das vendas na conta de "Custo das mercadorias vendidas" e os proveitos inerentes às vendas na conta "Vendas", reconhecendo a diferença numa conta de "Custos e perdas extraordinários";
  - Contabilizar o custo das vendas que apurou na conta de "Custo das mercadorias vendidas" e os proveitos inerentes às vendas na conta "Vendas". A diferença entre o valor das vendas e o respectivo custo deve ser objecto de reconhecimento numa conta de "Amortizações e ajustamentos do exercício - Ajustamentos de existências". Posteriormente dever-se-ia anular o saldo da conta "Ajustamento de existências" por contrapartida de uma conta de "Proveitos e ganhos extraordinários".

11. A sociedade “H” transformou-se de sociedade por quotas em sociedade anónima, tendo suportado a título de despesas com essa transformação (escrituras, registos, publicações, etc.) a importância de 50.000 u.m.  
A conta onde devem ser reconhecidos tais gastos deve ser a conta:
- FSE – contencioso e notariado;
  - Imobilizações incorpóreas. Despesas de instalação;
  - Acréscimos e diferimentos – outros custos diferidos;
  - FSE – trabalhos especializados.
12. A sociedade “V” dedica-se ao comércio electrónico. Ao longo do ano passado os seus técnicos foram ocupando os “tempos mortos” no desenvolvimento de um site para vendas on-line dos produtos que comercializa, site esse que não se encontra registado contabilisticamente.  
Neste momento este site contribui de forma muito significativa para a posição que a empresa possui no mercado.  
Admitindo que o site entrou em funcionamento no exercício corrente e que a empresa vendeu, a pronto pagamento, os seus direitos inerentes ao site por 200.000 u.m. e que feita uma avaliação dos custos efectivamente suportados se concluiu que os mesmos ascenderam a cerca de 25.000 u.m. (valor materialmente relevante), o registo contabilístico correspondente deveria ser:
- Caixa / a Proveitos e Ganhos Extraordinários – ganhos em imobilizações – 200.000 u.m.;
  - Caixa/ a Proveitos e Ganhos Extraordinários – ganhos em imobilizações – 200.000 u.m.  
Imobilizações incorpóreas / a Trabalho para a própria empresa – 25.000 u.m.  
Proveitos e Ganhos extraordinários – ganhos em imobilizações / a Imobilizações incorpóreas – 25.000 u.m.;
  - Caixa/ a Proveitos e Ganhos Extraordinários – ganhos em imobilizações – 200.000 u.m.  
Imobilizações incorpóreas / a Resultados transitados – 25.000 u.m.  
Proveitos e Ganhos extraordinários – ganhos em imobilizações / a Imobilizações incorpóreas – 25.000 u.m.;
  - Caixa/ a Proveitos e Ganhos Extraordinários – ganhos em imobilizações – 200.000 u.m.  
Imobilizações incorpóreas / a Proveitos e ganhos extraordinários – correcções relativas a exercícios anteriores – 25.000 u.m.  
Proveitos e Ganhos extraordinários – ganhos em imobilizações / a Imobilizações incorpóreas – 25.000 u.m.
13. A sociedade “L” pagou o “direito de ingresso” num centro comercial, direito esse que visa garantir a utilização de um estabelecimento no referido centro durante seis anos, não sendo em caso algum transferível a terceiros. Findo esse prazo torna-se necessário renegociar a manutenção do estabelecimento. Este dispêndio deve ser reconhecido como:
- Trespases e amortizado durante seis anos;
  - Propriedade Industrial e outros direitos e contratos e amortizado durante seis anos;
  - Custo diferidos a repartir durante seis anos;
  - Despesas de instalação e amortizável durante três anos.

|  |                      |                 |
|--|----------------------|-----------------|
| <b>Exame de Contabilidade Geral</b><br><small>(A que se refere alínea f) do nº 1 do artº15º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)</small> | <b>11/Março/2006</b> | <b>VERSÃO A</b> |
|--|----------------------|-----------------|

14. A sociedade “B” exerce a actividade de “Agência de leilões” nos seguintes termos: no quadro de um processo judicial, um tribunal penhora um conjunto de bens a um réu e solicita à agência de leilões que efectue a respectiva venda; cobrada esta, a agência entrega ao tribunal o produto da venda deduzido da comissão que acordou. Admita-se que o produto de determinada venda foi de 25.000 € e que a agência emitiu um cheque a favor do tribunal de 22.500 €.

A contabilização da operação obriga:

- a) Ao reconhecimento da aquisição dos bens ao tribunal por 22.500 € e da venda por 25.000 €;
- b) Apenas à contabilização de uma comissão no montante de 2.500 € a reconhecer no momento do pagamento ao tribunal, uma vez que toda a operação “corre” por conta desta instituição;
- c) À contabilização numa conta de terceiros, a qual é creditada pelo produto da venda, i.e. 25.000 € e debitada pelo valor entregue ao tribunal (i.e. 22.500 €) e pelo montante da comissão (i.e. 2.500 €);
- d) Apenas à contabilização de uma comissão no montante de 2.500 € a reconhecer no momento da venda, uma vez que toda a operação “corre” por conta o tribunal.

15. A Sociedade X adquiriu um equipamento novo em 1.8.(N – 5) por 3.000 u.m., fixando o período de vida útil esperado em 9 anos e o valor residual do equipamento em 300 u.m.

O equipamento foi vendido em 30.9.(N) por 1.650 u.m..

Considerando o método de amortização das quotas constantes e que o equipamento foi amortizado no ano de aquisição, não sendo amortizado no ano da alienação;

O ganho a reconhecer no exercício N é de:

- a) 300 u.m.;
- b) 225 u.m.;
- c) 150 u.m.;
- d) 0 u.m..

16. Considere a informação abaixo relativa a um edifício pertencente à Sociedade X:

Data de aquisição 1.1.(N-10)

Custo de aquisição 200.000 u.m.

Amortização acumulada em 31.12.(N), antes de efectuada qualquer amortização no exercício (N) - 40.000 u.m.

Valor de Mercado em 31.12.(N) - 300.000 u.m.

Em 31.12.(N) a Sociedade celebrou com uma Sociedade locadora, um contrato de "Venda seguida da locação financeira" (*Sale-lease back*) no valor de 260.000 u.m..

Esta operação provocará na Sociedade X o reconhecimento de um resultado de:

- a) 60.000 u.m.;
- b) 100.000 u.m.;
- c) 0 u.m.;
- d) 40.000 u.m..

|  |                      |                 |
|--|----------------------|-----------------|
| <b>Exame de Contabilidade Geral</b><br><small>(A que se refere alínea f) do nº 1 do artº15º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)</small> | <b>11/Março/2006</b> | <b>VERSÃO A</b> |
|--|----------------------|-----------------|

## Grupo II

17. A Sociedade X cujo objecto é a construção civil, formalizou um contrato de empreitada, tendo iniciado no ano N a construção de um edifício pelo preço de 1080.000 u.m.

Considerando a seguinte informação em (u.m.)

|                                 | N       | N + 1     |
|---------------------------------|---------|-----------|
| Custos acumulados até à data    | 360.000 | 860.000   |
| Custos estimados para conclusão | 540.000 | -         |
| Facturação acumulada            | 480.000 | 1.080.000 |
| Recebimentos acumulados         | 320.000 | 920.000   |

Qual o resultado bruto a reconhecer no ano N pela Sociedade X, se considerar o método da percentagem de acabamento:

- a) 72.000 u.m.;
  - b) 128.000 u.m.;
  - c) 160.000 u.m.;
  - d) 120.000 u.m..
18. O prospecto de colocação de acções da sociedade ABC, S.A informa que “as acções de valor nominal de 1 euro cada, serão colocadas a 0,95 euros”. Neste caso:
- a) A diferença entre o valor nominal e o valor de colocação deve registar-se como “Prémio de emissão”;
  - b) A diferença entre o valor nominal e o valor de colocação deve ser registado como “Resultado transitado”;
  - c) A operação não é permitida por lei, nos termos em que está descrita;
  - d) A operação é nula porque não pode haver prémios de emissão na constituição.

**O texto que se segue deve ser utilizado na resposta às questões 19 e 20 do Grupo II**

A situação dos capitais próprios em 31/12/(X6) da Sociedade "Chegou a Hora, S.A." era a seguinte (em u.m.):

|   |         |
|---|---------|
| Capital (valor nominal de cada acção: 50.000<br>1 u.m.) |         |
| Prémios de emissão de acções                            | 5.000   |
| Reservas Legais   | 10.000  |
| Reservas Estatutárias                                   | 5.000   |
| Reservas de reavaliação                                 | 7.000   |
| Reservas Livres   | 15.000  |
| Resultados Transitados                                  | 5.000   |
| Resultados Líquidos do Exercício                        | (1.000) |

Durante o ano de (X7) ocorreram, entre outras que não tiveram qualquer reflexo nos capitais próprios, as seguintes operações:

- Em 2 de Abril procedeu ao aumento de capital através da emissão de 20.000 acções, por subscrição pública, sendo o valor de emissão das acções igual ao valor contabilístico unitário das acções já existentes.
- No dia 30 de Abril concluiu-se a fase de subscrição, tendo-se verificado que o número de acções subscritas foi de 25.000 acções. Com este acto os subscritores efectuaram um primeiro pagamento, correspondente ao valor mínimo estabelecido na Lei.
- Em 5 de Maio o Banco comunicou que devolveu as importâncias relativas aos excessos de subscrição.
- De acordo com o prospecto de emissão, foi permitido, nos termos legais, que os accionistas efectuassem uma prestação de 70% entre 15 e 31 de Maio.
- Em 2 de Junho, o banco comunicou a cobrança das acções e informou que a emissão das acções originou encargos bancários de 2% do valor efectivamente realizado e despesas notariais de 3.000 u.m.
- Em 15 de Junho procedeu-se a um aumento de capital por incorporação de reservas no montante de 30.000 u.m.

19. O lançamento da operação realizada em 2 de Abril deveria ser:

- a) ODC – Subscritores de capital / a Capital – 20.000 u.m.
- b) Capital – 20.000 u.m.; Prémios de emissão – 18.400 u.m. / a ODC – subscritores de capital.
- c) ODC – subscritores de capital / a Capital 20.000; a Prémios de emissão – 16.600 u.m.
- d) ODC – subscritores de capital / a Capital 20.000; a Prémios de emissão – 18.400 u.m.

|  |                      |                 |
|--|----------------------|-----------------|
| <b>Exame de Contabilidade Geral</b><br><small>(A que se refere alínea f) do nº 1 do artº15º do Decreto de Lei 452/99 de 5 de Novembro)</small> | <b>11/Março/2006</b> | <b>VERSÃO A</b> |
|--|----------------------|-----------------|

20. Excluindo o efeito decorrente dos resultados obtidos no primeiro semestre de (X7), o valor contabilístico da participação de um accionista que detivesse 7% do capital social em 31/12/(X6) e que não tivesse exercido o seu direito de preferência na operação de aumento do capital deliberada em Abril de (X7), seria em 30 de Junho de (X7):
- 6.710 u.m.
  - 6.720 u.m.
  - 7.000 u.m.
  - 9.394 u.m.

|   |                |                               |                 |
|---|----------------|-------------------------------|-----------------|
| <b><u>O texto que se segue deve ser utilizado na resposta às questões 21 e 22 do</u></b>  |                |                               |                 |
| <b><u>Grupo II</u></b>  |                |                               |                 |
| <p>A sociedade "E, Lda." é constituída por quatro sócios (A, B, C e D) com participações iguais no capital social.</p> <p>O balanço em 31.12.(X0) era o seguinte (u.m.)</p> |                |                               |                 |
| <b><u>ACTIVO</u></b>  |                | <b><u>CAP. PRÓPRIO</u></b>    | <b><u>E</u></b> |
|   |                | <b><u>PASSIVO</u></b>         |                 |
| Imobilizado incorpóreo – gastos de I+D  | 11.000         | Capital                       | 42.000          |
| Imobilizado corpóreo  | 40.000         | Reservas legais               | 2.000           |
| Investimentos financeiros   | 6.000          | Reservas livres               | 24.000          |
| Existências   | 36.000         | Resultados transitados        | (18.000)        |
| Dívidas de terceiros c.p.   | 18.000         | Resultados líquidos exercício | 30.000          |
| Disponibilidades  | 9.000          | Dívidas a terceiros cp        | 40.000          |
| <b>TOTAL</b>  | <b>120.000</b> | <b>TOTAL</b>                  | <b>120.000</b>  |

21. A proposta de aplicação dos resultados a efectuar pelo Conselho de Administração, tem de contemplar para distribuição pelos sócios, no mínimo
- 15.000 €
  - 6.000 €
  - 5.700 €
  - Zero
22. Na hipótese de os sócios entenderem distribuir todas as importâncias susceptíveis de distribuição a importância máxima com que podem contar é de:
- 36.000 €
  - 35.400 €
  - 25.000 €
  - 24.400 €



**O texto que se segue deve ser utilizado na resposta às questões 23 e 24, do Grupo II**

A sociedade MMM, adquiriu, em Maio de 2X(1), uma participação de 60% do capital na sociedade FFF. No momento da aquisição a sociedade FFF tinha reservas que ascendiam a 10.000 u.m.

Durante o exercício de 2X(3) a sociedade MMM adquiriu, a FFF, mercadorias no valor de 120.000 u.m. e, no final do exercício, ainda não tinha pago 8.000 u.m.

Dos stocks finais de MMM, constava uma partida de mercadoria adquirida a FFF avaliada em 25.000 u.m.

A sociedade FFF comercializa os seus produtos com uma margem de lucro bruto de 25% calculados sobre o preço de custo.

Retirou-se a seguinte informação dos balanços e demonstrações de resultados de MMM e FFF relativos a 31 de Dezembro de 2X(3)

| ACTIVO                    | MMM     | FFF    |
|---------------------------|---------|--------|
| Investimentos financeiros |         |        |
| Participação em FFF       | 58.000  |        |
| Existências               | 60.000  | 30.000 |
| Dívidas de terceiros      | 44.000  | 25.000 |
|                           |         |        |
| CAPITAL PROP. E PASSIVO   |         |        |
| Capital                   | 200.000 | 80.000 |
| Reservas                  | 65.000  | 34.000 |
| Resultados Líquidos       | 50.000  | 45.000 |
| Dívidas a terceiros       | 117.000 | 41.000 |

23. O valor das existências consolidadas, em 31 de Dezembro de 2X(3), é de:

- a) 30.000 u.m.;
- b) 60.000 u.m.;
- c) 85.000 u.m.;
- d) 90.000 u.m.

24. O valor dos interesses minoritários a incluir no Balanço, em 31 de Dezembro de 2X(3), é de:

- a) 18.000 u.m.;
- b) 45.600 u.m.;
- c) 48.000 u.m.;
- d) 63.600 u.m.